

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME II

LVI
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

MUDANÇAS SOCIAIS E ESTRUTURAS MENTAIS NO BRASIL (1789-1945).

**Projeto de Pesquisa da Disciplina História Social das
Idéias no Brasil) (Curso de Pós-Graduação no Departa-
mento de História-USP) (*).**

CARLOS GUILHERME MOTA

do Departamento de História da Faculdade de Filoso-
fia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo.

Nesta proposta, é nosso objetivo indicar as linhas gerais de um projeto amplo sediado na Área de História Social, do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas — Departamento de História. O projeto vincula-se diretamente à disciplina “História Social das Idéias no Brasil”, sendo financiado parcialmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. A preocupação básica da orientação na condução dos trabalhos de pesquisa centra-se no levantamento sistemático dos movimentos sociais e das manifestações ideológicas ocorridas no Brasil desde a época da descolonização portuguesa (data-base: 1789) até o final do Estado Novo (data-base: 1945). Ao lado do levantamento sistemático desses movimentos (conjurais, levantes, insurreições, revoluções, tensões em geral), ocupamo-nos com a organização de um quadro maior de referências, desde a elaboração de uma cronologia básica até o estabelecimento de uma *Bibliografia Crítica para a História dos Movimentos Sociais no Brasil (1789-1945)*, também contando com o auxílio da FAPESP.

O objetivo geral é o estabelecimento das principais tendências da História Social do Brasil, tendo como ponto de partida os movimentos sociais, a maior parte dos quais sempre mencionados mas nunca estudados em profundidade: poucas são as exceções como,

(*) — Comunicação apresentada na 5ª sessão de estudos, Equipe C, no dia 6 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

por exemplo, as obras de Boris Fausto, sobre a Revolução de 1930, ou Duglas Teixeira Monteiro, sobre o Movimento do Contestado. Preocupação indissolúvelmente ligada a esse inventário é a de estudar minuciosamente as formas de pensamento dos participantes de tais movimentos, suas maneiras de perceber o processo vivido. Enfim, as representações mentais dos conflitos sociais ocorridos, bem como as representações ideológicas mais amplas de transformações estruturais (industrialização, novo imperialismo/dependência, mudanças de regime político etc.). Algumas questões teóricas impuseram-se desde logo, extremamente complexas: qual a possibilidade de insurreição de uma *história da consciência social* no Brasil? Qual seu estatuto teórico? Como fugir à história factualista? Como escapar dos esquematismos artificiais que vêm parasitando os estudos da história social e das ideologias no Brasil? Como não mais aceitar a poderosa vertente da concepção funcionalista da “história das idéias”, em que, por exemplo, a noção de “influência” assume valor explicativo fundamental?

Para responder a algumas dessas questões — sem utilizar modelos de análise demasiado rígidos — procurou-se dividir a equipe em três sub-grupos, assim constituídos:

- Sub-Grupo A: O Processo de Descolonização (1789-1848).
- Sub-Grupo B: A Crise da Ordem Escravista (1850-1910).
- Sub-Grupo C: Período Republicano (1910-1945).

Os três sub-grupos procuram responder a algumas questões comuns, o que permite resguardar a unidade do conjunto (preservando-se, entretanto, a individualidade de cada investigação, no que tem de específico). Dentro de três anos, aproximadamente, algumas tendências básicas do processo de formação da consciência social no Brasil poderão ser indicadas, para os períodos em foco. Questões que vão sendo discutidas no transcorrer das investigações e dos seminários podem ser resumidas da seguinte maneira:

1. — Qual a natureza das relações sociais nos períodos considerados? Está-se em presença de uma sociedade estamental-escravista, de classes ou de castas? A bibliografia corrente não é unânime a respeito.
2. — Como vêm sendo explicados os movimentos sociais no Brasil? Quais as tendências dominantes da historiografia tradicional? Quais as fontes básicas que têm servido de ponto de partida para os estudos em apreço? Considerados os desenvolvimentos dos estudos sobre ideologia e historiografia, quais os estatutos teóricos das histórias

dos movimentos sociais e das ideologias já elaboradas em nosso meio?

3. — Quais os tipos de correspondência podem ser indicados, resguardadas as características de cada período, entre a natureza da formação social (articulação de estruturas) e as linhas das representações ideológicas produzidas?
4. — Quais as características das relações sociais de cada período, tomando como ponto de referência os relatos dos agentes participantes em cada movimento? Como era visualizada a problemática da dependência, por exemplo?
5. — Quais as noções de Estado veiculadas (esboçadas, adotadas ou combatidas) em cada período? Pode-se indicar que o Estado nacional se define, no século XIX, a partir da repressão aos movimentos que estão na linha de continuidade do processo de descolonização (Confederação do Equador, Balaiada, Sabinada, Revolução de 1842, Praieira, etc)?
6. — Pensando-se na insaturação de uma *história das mentalidades* (e/ou da ideologia) no Brasil, quais os métodos e técnicas que permitiriam *explicar* a aparente rapidez das polarizações no nível da consciência social, e, da mesma forma, os esvaziamentos repentinos ocorrentes no mesmo nível?
7. — Como relacionar os três níveis: representação mental, estratificação social e tipo de dependência?

Algumas das questões acima, demasiado amplas por vezes, somente serão respondidas com o andamento das investigações. O aprimoramento de técnicas de análise processa-se lentamente. Vale grafar, alguns dos problemas possuem apenas valor teórico, para efeitos de norteamento do conjunto de pesquisadores, isto é, para o estabelecimento de código comum.

Ressalte-se, finalmente, que o projeto tem caráter exploratório (documental, metodológica, didática e tecnicamente), e poderá sofrer alterações em função das soluções dadas — ou não — aos problemas enfrentados. Eis, em síntese, a notícia de algumas das pesquisas em andamento:

* *

*

*SUB GRUPO A — O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO
(1789-1848). (*)*

O PENSAMENTO POLÍTICO E RELIGIOSO DE FREI CANECA.

Sérgio Lobo de Moura

O objetivo que se tem em vista nessa pesquisa é o de estabelecer a homogeneidade ou heterogeneidade existente entre estas duas vertentes do pensamento de frei Joaquim do Amor Divino Rabello Caneca, o grande publicista e líder político da insurreição de 1824 em Pernambuco. Trata-se de saber, mais concretamente, se a assimilação dos princípios teóricos do liberalismo, marcando profundamente o pensamento de Caneca, teria marcado também de alguma forma as suas idéias religiosas. Se à sua tomada de posição no plano político corresponde alguma postura característica em nível religioso. Em outras palavras, se é possível perceber, no caso de Caneca, alguma relação entre a ideologia política e a ideologia religiosa.

A resposta a esta questão exige a elucidação preliminar de alguns problemas básicos que a historiografia existente deixou em suspenso ou não logrou esclarecer totalmente. Que grupo, ou que grupos sociais Caneca representava, e tinha seus interesses por ele defendido como publicista? Que interesses estavam em jogo no contexto pernambucano de 1824 e levaram à eclosão de uma rebelião armada? Dentro do quadro assaz amplo e mesmo contraditório do chamado "liberalismo" brasileiro da primeira metade do século XIX, como situar e caracterizar o liberalismo protagonizado por Caneca? Que significava ser liberal no Brasil àquela época, e que significava ser liberal para Caneca?

O que se pretende fazer, portanto, é a análise-ideológica de um autor Caneca, que teve uma participação de relevo na Confederação do Equador. A documentação básica para a pesquisa é dada, por conseguinte, pelos escritos de Caneca, mais especialmente pelo que escreveu ele entre 1822 e 1824. Esta documentação foi reunida e publicada em 1875 por Antônio Joaquim de Melo (*Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, colecionadas pelo Comendador Antônio Joaquim de Melo. Recife, Tip. Mercantil, 1875). É possível, no entanto, que existam outros escritos da lavra de Caneca que tenham passado despercebidos a esse editor, e uma pesquisa nesse sentido deverá ser realizada.

(*) — Exposição coordenada pelo Prof. Sérgio Lobo de Moura (*Nota da Relação*).

Levando-se em consideração que o verdadeiro significado dos textos só se esclarece à luz da atuação política desenvolvida pelo seu autor (sobretudo tratando-se de um autor como Caneca, que antes de ser um pensador ou autor teórico foi um militante político), a pesquisa deverá ser levada nesses dois registros: análise de textos e análise da movimentação política, estabelecendo um permanente relacionamento interativo entre ambos.

* * *

O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO NA BAHIA NO PERÍODO REGENCIAL: A SABINADA (1831-1838). CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA DAS MENTALIDADES.

Zélia Cavalcanti.

A pesquisa sob o título "*O processo revolucionário na Bahia no período regencial: a Sabinada (1831-1838). Contribuição ao estudo da história das mentalidades*", investiga as configurações ideológicas manifestas nos movimentos insurrecionais de caráter separatista ocorridos na província da Bahia nos anos 1831, 1832, 1833 (revoltas federalistas) e 1837/38 (a Sabinada). Parte-se do pressuposto (hipóteses preliminares de trabalho) de que essas insurreições foram urbanas, promovidas pelas camadas médias desse setor da sociedade e que resultaram, em parte, da crise econômica por que passava a província (tanto no setor exportador quanto no interno) e tendências (ou variáveis) ideológicas inscritas em seus diagnósticos e argumentos.

Inicialmente o trabalho pretendia estudar o período que se estende de 1831 a 1838; porém, o andamento da pesquisa, principalmente o contacto com a documentação, demonstrou que em nada o trabalho seria prejudicado e seria mais rigoroso se as pesquisas se restringissem aos anos em que os movimentos se efetivaram (1831, 1832, 1833 e 1837/38) e se fossem consideradas, cada insurreição, como momentos distintos. Essa nova postura acarretou uma mudança de perspectiva: aboliu-se a noção de *processo* contida no projeto inicial. Contudo, trabalhar com a noção de *descontinuidade* procurando apreender cada momento do ponto de vista *sincrônico* não exclui a possibilidade de se encontrar, ao final da pesquisa, configurações ideológicas comuns aos momentos estudados: foi apenas uma escolha metodológica que pareceu eficaz para o tipo de estudo desenvolvido.

A investigação das configurações ideológicas emergentes em movimentos insurrecionais na primeira metade do século XIX impõe

uma opção metodológica frente a problemas mais gerais que aqueles colocados pelo trabalho particular. Mas precisamente, se impõe a opção por uma perspectiva de análise da formação social brasileira no período. Nesse sentido, o contato com autores preocupados em definir a estrutura das formações sociais em área *colonial* (entre os quais merecem citação: A. Gunder Frank, Luiz Pereira e Samir Amim) levou à aceitação da tese segundo a qual as formações sociais surgidas com a expansão do capitalismo mercantil foram sempre sociedades capitalistas em formação. Adotada essa perspectiva de análise, ao investigar configurações ideológicas emergentes na primeira metade do século XIX, temos como premissa estar trabalhando com um nível (o nível ideológico) de uma sociedade capitalista em formação. Essa perspectiva de análise não abandona o problema da especificidade da sociedade brasileira, pelo contrário, fornece os elementos necessários para se pensar essa especificidade.

As pesquisas estão sendo feitas na *documentação oficial* referente às insurreições, em *jornais* e nos *autos de processo* dos insurgentes. Devido aos problemas surgidos quando do levantamento da documentação quanto à obtenção de cópias, trabalhamos inicialmente aquela referente à Sabinada que se encontra impressa.

* * *

FORMAS DE CONSCIÊNCIA SOCIAL NA REBELIÃO PRAIEIRA: OS JORNAIS.

Izabel Andrade Marson.

O tema.

O tema referido tinha como objetivo amplo captar o processo de crise do sistema colonial em Pernambuco por volta de 1848. Não se tratava de uma reconstituição exaustiva de todos os níveis desse processo, mas apenas captar os indícios mais significativos de sua ocorrência no plano das manifestações políticas e mentais. Para isso, analisar as formas de consciência social que se manifestaram na década de 1840 em Pernambuco, expressas na produção jornalística e panfletária do período.

Após uma primeira etapa de pesquisa, o tema tornou-se mais específico, melhor elaborado, a partir do material estudado nesse período de tempo. Abandonamos a idéia de teorizar sobre o processo de crise do sistema colonial, para concentrar-nos nos elementos internos das formas de consciência social, ou melhor, nas formulações ideológicas típicas da época expressas nos jornais. Tentar compor os conceitos fundamentais destas formulações ideológicas, organizando-se em *papeis típicos das manifestações ideológicas do processo*

político, manifestas na imprensa partidária. Estes papéis, expressos pelo conteúdo dos jornais, são: governistas e oposicionistas.

Os *papeis típicos* pertencem ao campo das manifestações políticas que parece ser o arregimentador dos grupos sociais na época. Pelo menos na imprensa, é o elemento dominante e matiza profundamente todo o seu conteúdo. Todavia, o matiz político que recobre posições e comportamentos deixa entrever e condiciona todos os outros campos da vida social, donde acreditamos ser possível atingir, com os *papeis típicos*, aspectos das relações sociais, econômicas e políticas.

Podemos delimitar o tema atual pelo título: *Formulações ideológicas na imprensa partidária pernambucana: 1842-1849.*

O período.

De início, a década de 1840-50 foi escolhida porque acreditávamos que desse os limites de processos revolucionários da Praieira, mas especificamente o espaço de tempo no qual se desenvolveu a atividade da imprensa ligada ao acontecimento comumente designado por “revolução praieira”.

Num segundo momento, esta colocação se ampliou; não se tratava somente de um período de atividade da imprensa, mas de desenvolvimento de formas de atuação política típicas do sistema político de Pernambuco. Formulação que hoje elaboramos melhor — 1842-1849 — espaço de tempo de desenvolvimento do movimento praieiro, um movimento político que abrange vários níveis da estrutura sócio-política pernambucana (parlamentar, da imprensa e de movimentos armados), *expressão regional* do processo político parlamentar do Império na primeira metade do século XIX.

Andamento da pesquisa.

A pesquisa orientou-se em hipóteses de trabalho levantadas, inicialmente, a partir da análise crítica das obras já escritas sobre o assunto. Essas hipóteses estavam ainda bastante vinculadas às formas de interpretação dos trabalhos analisados, e tinham como orientação básica tentar vincular os confrontos apresentados na produção da imprensa, a uma ruptura no equilíbrio interno das relações sociais da ordem escravocrata pernambucana; nesta medida, os jornais estariam ligados a interesses de grupos sociais conflitantes.

Durante uma primeira fase, por impossibilidade de analisar diretamente os jornais, a pesquisa abrangeu leituras teóricas, obras-documento (relatos de contemporâneos sobre o movimento praieiro),

relatórios de viajantes, relatórios de presidentes da província e de chefes de polícia. Com os resultados obtidos, pudemos reformular as hipóteses e os objetivos da pesquisa. Passamos a enfocar o movimento praieiro como um dado integrante do sistema sócio-político vigente e visualizar a imprensa como instrumento típico de um grupo dominante e expressiva de manifestações ideológicas deste grupo.

Na fase atual, trabalhamos fundamentalmente com os jornais. As coleções que encontramos são incompletas, em alguns casos temos apenas amostras. A análise de conteúdo do material tem sido estritamente *qualificativa* e exclui a categoria tempo: estamos construindo com os dados obtidos de papéis típicos de atuação na imprensa. Esta forma de abordagem se afigura *globalizante*, porque se baseia principalmente nas relações que se estabelecem entre os jornais, tentando delimitar-lhes as funções, e *interpretativa*, porque além de constatar dados a análise procura sistematizá-los e explicá-los.

* * *

A INSURREIÇÃO DOS MALÉS (BAHIA, 1835).

Gilberto Cesar Ferri.

Na primeira metade do século XIX foram frequentes as insurreições de negros na Bahia. Ainda no período colonial, no Recôncavo e na Capital da Província, os tumultos se sucederam pelos anos de 1807, 1809, 1813 e 1816, liderados pela tribo dos haussá, que aqui realizaram intenso movimento de conversão de negros fetichistas ao islamismo. Após as guerras de Independência os movimentos se reiniciaram tendo sequência nos anos de 1826, 1827, 1828, 1830 e finalmente 1835, ano em que se realizou a mais violenta das rebeliões, assumindo proporções nunca vistas em tais movimentos. A liderança foi assumida pelos nagôs, sudaneses maometanos do grupo ioruba que, apesar da participação de elementos de outras tribos, constituíam a grande maioria dos insurrectos.

A pesquisa que no momento se processa tem como centro das investigações o último dos levantes acima mencionados. O objetivo primordial das análises é estabelecer as "formas de consciência social" manifestas no negro africano, escravo ou forro, e nos agentes que promoveram a repressão; em outras palavras, detectar o que pensavam os insurrectos de sua rebelião, qual o significado que lhe atribuíam, como os brancos, defensores do *status quo*, percepcionavam esses movimentos que colocavam em risco a segurança dos "cidadãos", perturbando a ordem e a tranquilidade públicas.

O estabelecimento de um período limite de estudo se fez em função dos objetivos propostos e do contexto em que se desenvolveu e se desencadeou a insurreição. A Independência, rompendo laços jurídico-políticos, sem contudo tocar na estrutura colonial pré-existente, deu ensejo a novos vínculos, configurados em laços de dependência econômicos em relação à Nação que, desde princípios do século XIX, ascendia à posição de grande potência, a Inglaterra. A repressão ao tráfico negreiro promovida por este último país, que até então desfrutava de posição privilegiada frente ao governo brasileiro, os acordos e a legislação decorrentemente chocavam-se com a realidade brasileira, cuja economia, ainda alicerçada na grande propriedade monocultural e no trabalho do negro africano, via-se ameaçada pela falta de braços, provocando o protesto das oligarquias dominantes, que por todos os meios burlavam a fiscalização, sem que o poder central pudesse impedir o contrabando de escravos. É inserido neste clima de contradições internas e choque de interesses que o levante de 1835 é levado a termo. A rebeldia da população negra comprometia ainda mais a ordem social estabelecida que, afora as pressões externas, deparava-se com uma frente de luta em seu próprio interior. Em vista dos fatos anteriormente relatados, tomamos como datas limites os anos de 1826 e 1835 que, além de corresponderem ao período em que se efetuam os levantes, nos primeiros anos que seguem a Independência, coincidem com o início das negociações anglo-brasileiras que resultariam na ratificação do Tratado de Comércio de 1810 e dos Acordos de 1815 e 1817 e, posteriormente, na Lei de 7 de novembro de 1831.

Objetivando a compreensão do fenômeno em seus múltiplos aspectos, as análises, no nível metodológico, deverão ser conduzidas em dois sentidos: de um lado, partindo das relações sociais de produção dominantes, buscarão a estrutura ideológica e a estrutura jurídico-política da sociedade que, juntas, justificavam e davam continuidade ao modo de produção existente; de outro, efetuadas em função dos negros africanos e de suas manifestações ideológicas, deverão se processar sob perspectiva mais interior ao fenômeno, por se tratar de negros muçulmanos portadores de uma visão do mundo, possivelmente desvinculada da estrutura econômica que caracteriza a formação social brasileira.

Documentação Básica

Autos de Devassa do Levante de Negros ocorridos em Salvador em 1835.

* *
*

O PENSAMENTO POLÍTICO DE CAXIAS (1831-1870).

Célia Camargo de Simone.

O projeto original desta pesquisa pretendia focalizar a *ação de Luiz Alves de Lima* nos vários movimentos sociais que agitaram o período Regencial e os primeiros anos do Segundo Reinado. O objetivo era iniciar um estudo das *formas de repressão* desenvolvidas pelo Estado Brasileiro no século XIX.

No entanto, o contacto mais próximo com a documentação e com o período demonstrou a existência de uma *problemática fundamental* que permeava o tema: as "*formas de pensamento*" do grupo militar. Ao lado dos agitadores, ou contra eles, o exército participou ativa e diretamente dos movimentos. Podemos constatar uma *diferença entre o comportamento da oficialidade e o das tropas* a elas subordinadas. A partir dessa observação, redefinimos o tema. Passamos a estudar o pensamento político de Caxias, com vistas a uma compreensão maior da conduta geral da oficialidade a que estava ligado, de suas soluções, de suas identificações sociais, de suas vinculações ideológicas.

O tema modificado forçou uma alteração no período de análise, de 1831-1845 para 1831-1870. Isto porque percebemos a necessidade de tomar a maior parte da carreira política e militar de Caxias, que, na Regência, apenas se inicia. Para uma análise criteriosa seria preciso apreender a totalidade de seu pensamento. Além disso, a vitória contra o Paraguai em 1870 assinala a *definição e o fortalecimento de exército*, elemento bastante significativo na composição deste trabalho.

A historiografia tradicional ligou o nome de Caxias a um comportamento militar inabalável, regulado pela preocupação do bem-estar da pátria, independentemente do partido político no poder. Por outro lado, uma historiografia mais recente coloca-o como mero executor dos interesses dos "grupos sociais dominantes". É preciso esclarecer, no entanto, que a sua conduta "exemplar", a sua fidelidade aos princípios militares, a sua independência com relação aos partidos, implicam numa *posição política assumida e praticada* por Caxias.

Basicamente, são três as etapas da pesquisa:

1. — descrever e definir a ação política de Luis Alves de Lima;
2. — estabelecer as conexões dessa política com o comportamento da oficialidade brasileira;

3. — tomando por base as observações feitas por Luiz Pereira, lançar hipóteses que permitam vincular as “formas de pensamento” do grupo militar às formas de controle social desenvolvidas pelo Estado brasileiro no século XIX;

Numa perspectiva mais ampla, este estudo pretende apresentar uma *contribuição à história da consciência social no Brasil*. A sociedade brasileira está sendo encaixada, *dentro de uma opção metodológica*, como uma *sociedade de classes em formação*. É a partir dessa premissa que estão sendo encaminhadas as nossas proposições.

Para a execução deste trabalho, estamos utilizando a documentação de *caráter oficial*: Anais do Parlamento, Relatórios e ofícios, e correspondências oficiais. Excepcionalmente, pretendemos utilizar correspondências particulares que possam esclarecer melhor as posições de Caxias.

A *representatividade* de Luiz Alves de Lima nos meios oficiais e a sua importância nos meios políticos justificam um estudo de seu pensamento.

* *
*

SUB-GRUPO B — A CRISE DA ORDEM ESCRAVISTA.
(1850-1910) (*).

ESCRAVOS, LIBERTOS E IMIGRANTES: estudo sobre a passagem do trabalho escravo para o livre em Campinas e Porto Feliz de 1870 a 1910.

Maria Stella Bresciani.

O reconhecimento da importância de se definir as relações de produção e as relações sociais de produção delas decorrentes para a compreensão de uma determinada formação social constitui a *opção metodológica* que fundamenta nosso trabalho. O projeto tem como núcleo central a compreensão do fenômeno histórico *abolição*, compreendida como fenômeno inscrito em um processo social bastante amplo. Nesse sentido, iniciou-se o estudo pelos enunciados que se referem à sociedade brasileira, o que implica adotar uma postura analítica que recomeça a necessidade de definir o campo que tornou possível e reger a emergência desse fenômeno.

(*) — Exposição coordenada pela Profª Maria Stella Bresciani (*Nota da Redação*).

A importância histórica do *tema* inscreve-se em todos os níveis da realidade social e é enfatizada pela ocorrência quase simultânea de dois fatos políticos de incontestável representatividade — a Abolição e a República. . Aceita a hipótese de que o nível jurídico-político sintetiza as contradições básicas do sistema capitalista, esses fenômenos realizados no âmbito das instituições e das relações jurídico-políticas devem necessariamente esclarecer outros níveis da formação social do período.

A documentação escolhida consiste de três séries de textos: os Relatórios de Presidentes de São Paulo (1850-1910), o periódico "Gazeta de Campinas" (1869-1888) e os Processos-crimes dos municípios de Campinas e Porto Feliz (1870-1910).

Frente a este quadro de problemas — objetivo proposto, natureza e extensão do material — a abordagem dos textos escolhidos através da *técnica de análise semântica* veio dar uma resposta satisfatória. Foi possível organizar e sistematicamente os textos, pela seleção dos elementos discretos componentes deles, cujos desempenhos puderam ser acompanhados durante todo o período. A semântica auxiliou também, na resolução da forma como pretendíamos desenvolver nosso trabalho. A proposição era a de uma descrição da sociedade a mais exaustiva possível, que fornece o maior número de elementos que permitisse numa segunda etapa interpretar compreensivamente a atuação desses elementos nos três níveis da formação social brasileira. A semântica como técnica de análise de textos oferece bastante rigor de trabalho, já que proposta por regras determinadas, de alcance limitado e conhecido. Permite, portanto, o controle constante da potencialidade do material estudado e dos resultados obtidos, e ainda da passagem da etapa descritiva da análise para a etapa interpretativa, quando da redação dos resultados.

Separar *descrição* de *interpretação* (ou *significação*) não implica numa visualização por etapas. A globalidade que uma formação social representa não é posta de lado em nenhum momento da análise e a etapa descritiva só é possível e só fornece os elementos para a interpretação, quando informada por uma teoria que pretenda explicar a sociedade dando-lhe um significado que possibilite sua compreensão. Nesse sentido, a etapa descritiva implica numa escolha anterior, teoricamente informada do fenômeno histórico a ser estudado e que no nosso caso representa a irrupção de tensões latentes e sob controle durante mais de três séculos. Importa saber porque num determinado momento (aqui entendido como o processo jurídico-legal abolicionista) tensões constantes entre os componentes da sociedade brasileira — tanto as existentes entre classe dominante

e classe dominada como as que vão se intensificando en're os elementos de uma mesma classe — emergem de forma conflituada e aparentemente desequilibram as relações de dominação. Pretende-se entender o significado de posições diferenciadas, assumidas tanto por componentes da classe dominante pelos das classes dominadas, frente a determinadas conjunturas tensas. A importância adquirida pelo desequilíbrio ocorrido quando componentes da classe dominante opondo-se entre si, aliaram-se a componentes da classe dominada, oferece um quadro de indagações bastante amplo e complexo que necessita de uma técnica de análise rigorosa para que se evite fornecer conclusões apreendidas através de um esquema teórico generalizante, de importância indiscutível para informar a análise, construindo a partir de um estudo da realidade européia contemporânea e não contemporânea. Nosso trabalho desenvolve-se dentro de uma perspectiva teórica, que sem se separar dessa teoria, reconhece a especificidade que as formações coloniais representam.

Estuda a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, implica não numa transposição de esquemas explicativos pertinentes para o mesmo período para as áreas centrais do capitalismo, nem na transposição de esquemas explicativos de períodos anteriores para as mesmas áreas. Nas áreas americanas estamos frente a sociedades que prolongando as européias adquiriram *especificidade própria*, tanto pelas relações mantidas com as áreas centrais (hegemonia das metrópoles) como pela forma como se estabeleceu o nível econômico (relações de produção) com a apropriação conjunta da terra, dos instrumentos de produção, do trabalho e da pessoa do trabalhador importado da África.

Pode-se dizer, esquematicamente, que o trabalho se compõe de três *etapas operatórias*: escolha do tema e da documentação, análise descritiva dos textos e compreensão desses textos para explicação do fenômeno histórico. A separação em três etapas não implica numa separação entre os objetivos propostos em cada uma, que contrariamente permanecem indissociáveis e necessariamente presentes em todas elas.

*

* * *

O NÚCLEO COLONIAL “RODRIGO SILVA” (PORTO FELIZ).

Jonas Soares Souza.

Dentro do fluxo imigratório canalizado para São Paulo na segunda metade do século XIX, para a satisfação da crescente necessidade de mão-de-obra, uma pequena parcela foi encaminhada para os núcleos coloniais oficiais, sob o regime de pequena propriedade.

Um desse núcleo foi organizado em Porto Feliz, São Paulo, onde o governo imperial adquiriu, em 1887, 1601 hectares, que foram divididos em lotes de 25 a 30 hectares e vendidos a imigrantes belgas, introduzidos no Brasil através do Pe. Jean Baptista Van Esse.

Esperava-se que o núcleo se transformasse numa espécie de escola prática de agricultura, onde os lavradores paulistas aprenderiam técnicas de cultivo de vários cereais, criação de gado, utilização de novos implementos agrícolas, etc. Os objetivos não foram concretizados, pois já em 1889, através dos debates na Assembleia Legislativa provincial, na Sociedade Central de Imigração e em artigos de jornais da época, notamos o fracasso do empreendimento.

Os objetivos deste trabalho são: a reconstrução histórica da formação e desenvolvimento do núcleo colonial "Rodrigo Silva"; a verificação do comportamento dos grandes proprietários com relação à implantação do núcleo nas proximidades de suas fazendas e o progresso de mobilidade social dos componentes da colônia.

A documentação utilizada consiste, basicamente, em processos cartoriais, atas da Câmara municipal, e documentos pessoais: cartas, anotações, diários, etc., além das fontes impressas — relatórios dos presidentes da Província, anuários estatísticos, relatórios da Sociedade Central de Imigração e jornais.

* * *

CAMPINAS (1869-1875): REPUBLICANISMO, IMPRENSA E SOCIEDADE.

Ademir Gebara

Tema.

O presente trabalho propõe-se a estudar o início da propaganda republicana em Campinas, e compreender as motivações para que esta propaganda se desenrolasse, seu grau de intensidade, suas perspectivas, suas contradições e a sociedade que a respaldou.

As respostas dos setores populacionais campineiros, o sentido de uma possível "modernização" no sistema, observado o afloramento de situações novas, bem como a adaptação da sociedade local em um momento onde as respostas tradicionais já não corresponderiam a existência de novas expectativas, são algumas das questões que se pretende levantar no decorrer do trabalho.

Na escolha de tema considerou-se ainda a possibilidade de contribuir para uma melhor compreensão da realidade brasileira da segunda metade do século XIX, montando pontos de apoio para

outros trabalhos que pudessem aprofundar algumas questões com as quais resvalamos a cada momento, como, por exemplo, a participação das áreas interiores na explicação de algumas particularidades nas transformações dos mecanismos de governo.

*

Documentação.

A pesquisa concentrou-se nos jornais do período, especialmente na *Gazeta de Campinas* e no *Constitucional*. Foram bastante importantes para os levantamentos estatísticos e para avaliar índices representativos em função de algumas amostragens necessárias: os *Almanaques de Campinas* publicadas em 1870/71/72.

No sentido de completar a utilização das fontes periódicas, utilizamo-nos ainda das *Atas da Câmara Municipal* de Campinas. Em alguns casos ainda, os viajantes estrangeiros: João Tiago Von Tschudi e Augusto Emílio Zaluar, que nos seus relatórios oferecem descrições e dados referentes à cidade de Campinas, que serviram em vários momentos para sondagens e interpolações, objetivando a análise da sociedade.

Finalmente, cabe ressaltar que o centro do trabalho baseia-se na *Gazeta de Campinas*, porque seu corpo redatorial vincula-se ao grupo republicano campineiro, que no caso funcionaria como mentor da ideologia em foco.

*

Plano de Redação.

No primeiro capítulo, a par da preocupação de descaracterizar alguns estereótipos aceitos pela historiografia corrente quando trata da sociedade do Oeste Velho, propõe-se também uma visão de algumas estruturas sociais que serão desenvolvidas no decorrer do trabalho.

O segundo capítulo tenta caracterizar alguns dados representativos em consonância com as publicações dos jornais e suas tendências. A exemplo do que ocorre no primeiro capítulo, no segundo também permanecem preocupações descritivas.

No terceiro capítulo, busca-se identificar as formas de pensamento da sociedade local com base nos dados empíricos levantados, focando-se figuras que participaram do sistema de dominação agrária.

Por último, quando se trata da propaganda republicana, no enquadramento anteriormente formulado, faz-se a exposição no nível político da concepção dominante, formalizando-se a noção de complementariedade em face aos grupos coexistentes.

*

Delimitação do Tema.

A partir da análise da documentação evidenciou-se a necessidade de delimitar o tema (1869-1875).

Em primeiro lugar cabe esclarecer que, do ponto de vista documental, a delimitação se impôs na medida em que *Gazeta de Campinas* até 1875 é um jornal com publicação bissemanal, e, a partir de 1875, transformando-se em diário, implicaria em outros critérios de análise que não aqueles adotados para os jornais enquanto bissemanários. E mais, *O Constitucional* entra em declínio por essa época, deixando de se publicar em março de 1876; tal acontecimento implicou em alterações de algumas variáveis até então explicativas de fenômenos em foco, e, essas alterações definem a partir de um quadro social novo, para cuja análise os instrumentos em uso revelaram-se pouco eficientes.

*

Algumas dificuldades

O que se poderia chamar de estado atual da questão, preferimos denominar de dificuldades. Isso em função de que a postura metodológica da monografia não pretende enfocar o tema propondo soluções ou mesmo provando determinadas expectativas, mas sim, a partir do núcleo documental, identificar os módulos representativos de um “processo evolutivo” de fenômenos históricos, pertinentes para a explicitação do pensamento político brasileiro.

Que tipo de controle social a imprensa executa?

Como os setores populacionais responderam à introdução da imprensa nos hábitos locais?

Como captar, na imprensa, alterações do comportamento?

Como focalizar os problemas de propaganda política e estratificação social?

Como operar, no nível das mentalidades, com o conjunto de um jornal e na ideologia dos grupos sociais?

* *

*

SÔBRE A IDEOLOGIA DE JOAQUIM NABUCO: TENTATIVA DE EXPLORAÇÃO.

Hélio de Alcântara Pinto.

O trabalho diz respeito a um estudo introdutório sobre o pensamento social e político de Joaquim Nabuco.

No início da sua elaboração, isto é, nos passos correspondentes às primeiras preocupações e leituras, deparou-se com indagação de fundamental importância: em que nível de viabilidade seria possível a sua elaboração, sem que corresse o grave risco de simplesmente repetir o que já foi escrito a respeito, sobretudo em se tratando de um personagem sobre quem muito se escreveu? No decorrer das leituras e pesquisas, vimos constatando, a cada passo, além da validade, a necessidade de um estudo cuidadoso do tema em pauta.

Duas observações merecem ser feitas a fim de justificar esta posição: em primeiro lugar, a grande maioria da bibliografia existente sobre Nabuco circunscreve-se a narrações da sua vida, impregnadas de apologia das atitudes e decisões por ele tomadas, através de proposições imaginadas e extremamente comprometidas com a idéia de herói. Excetuam-se algumas contribuições esparsas (artigos ou, mesmo, trechos de biografias); em segundo lugar, o objetivo de tais obras apresenta-se fragil, diante da perspectiva e crítica historiográficas, na medida em que o “pano de fundo histórico” é desenvolvido quase em justaposição ao personagem, onde somente ele age no meio social. Numa palavra: os fatos vão acontecendo e a sua ação, impulsionada pelo seu pensamento, vontade e interesses, nela atua e os modifica, ainda que parcialmente.

Tomando-se por base a sua obra divulgada, principalmente em *Minha Formação, Um Estadista do Império, O Abolicionismo — Discurso e Conferências Abolicionistas, Discursos Parlamentares, Campanhas de Imprensa, Balmaceda — A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893 e Pensamentos soltos — Camões e Assuntos Americanos*, um quadro esquemático vem sendo desenvolvido dentro de um critério de constantes reflexões. A rigor, é indispensável um claro entendimento do século XIX europeu, pelo menos, de modo a possibilitar a compreensão da realidade brasileira daquela época. Tal necessidade mais do que preliminar mostrou o caminho a ser seguido: exatamente nessa visão de conjunto impõe-se localizar Joaquim Nabuco, e, ao mesmo tempo, analisar o modo pelo qual ele agiu e reagiu no seu momento histórico. Pesquisando, pois, os seus escritos, verifica-se que o seu *ideário* poderá ser captado através de três elementos altamente significativos que conduzirão a tentativa de abordagem conjugada da sua *ação* e do seu *pensamento*: liberalismo, abolicionismo e federalismo.

Partindo de premissas teóricas, as raízes da ideologia de Nabuco mostram a submissão a idéias externas; isto poderá ser explicado pelo estudo da estrutura sócio-econômica brasileira: problema do

tipo de economia de exportação (matérias-primas) que levou à importação de ideologias. Pergunta-se: em que medida ele era um porta-voz dos quadros ideológicos inglês e norte-americanos? Como se sabe, afirmava que as raízes de seu pensamento político se encontravam na Inglaterra. O seu liberalismo é também um legado do seu pai: idéias sobre o monarquismo com tentativas reformistas. Era, como tantos outros liberais, um homem perplexo diante do seu tempo (fase de transição violenta no mundo), e via nos ideais republicanos e comunais, uma ameaça à sua "classe". Parecia ter alguma visão sobre a problemática das transformações das relações de produção, porém não demonstrou interesse de qualquer peso em se aprofundar a respeito. E, em função desta posição, atuou no movimento abolicionista como elemento de proa no Legislativo e na Imprensa muito mais pela ambiguidade de posição, abrandada por um sentimento humanitário, do que por uma tomada de consciência da realidade efetiva em que vivia. É válido pensar-se que Nabuco tinha consciência da necessidade do abolicionismo nos termos de que o negro era um capital orgânico, e a mão-de-obra branca, muito mais econômica, por ser assalariada.

Numa última etapa, examinaremos sua idéia de *federação*, em suas harmonias e desajustamentos em relação aos diversos tipos de formações oligárquicas, e dentro do quadro do imperialismo inglês.



SUB-GRUPO C — LIBERALISMO OLIGARQUICO.
(1910-1937) (*).

REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS NACIONALISTAS NA
PRIMEIRA REPÚBLICA (1890-1914).

Adalberto Marson

Na etapa urbano-industrial da formação capitalista brasileira, as formas específicas das relações de dependência/dominação, características da fase monopolista do capitalismo ocidental, geraram um conjunto de representações ideológicas em que se destacam as geralmente denominadas pelo termo *nacionalismo*. O que se tem em mente com essa denominação é uma tendência ideológica e um tipo de prática política desenvolvidos no período da configuração urbano-industrial assinalada e que constitui mesmo um modelo político-ideo-

(*) — Exposição coordenada pelo Prof. Adalberto Marson (*Nota da Redação*).

lógico amplamente vigente como forma de *agir e pensar* sobre o Brasil em função do nacionalismo.

A perspectiva adotada nesse projeto de pesquisa baseia-se nas teorias sociológicas sobre o desenvolvimento/sub-desenvolvimento que se referem preferencialmente à etapa contemporânea (1930 em diante) e que demonstram o caráter capitalista da formação social brasileira. A partir dessa generalidade teórica, procura-se trabalhar especificamente no *nível ideológico*, através de *alguns representantes* e num *período limitado*. Não se trata, portanto, de um estudo do processo de urbanização-industrialização; o conhecimento de sua natureza e implicações principais é dado pela bibliografia existente. As condições tipificadoras de tendências nacionalistas serão buscadas no interior das produções ideológicas elaboradas pelos representantes.

Entre os autores que, no momento, se mostram mais representativos, estão: Antônio Prado, Serzedello Correia e Alberto Torres. Os textos a serem utilizados na análise encontram-se em obras publicadas, discursos parlamentares, pareceres jurídicos e artigos na imprensa.

Os cortes cronológicos escolhidos não são rígidos e obedecem a um critério provisório, em função das hipóteses. Essas datas (1890-1914) assinalam a emergência de formas típicas do capitalismo monopolistas (nas áreas centrais), com transformações gradativas nas relações econômicas com as áreas dependentes. Tanto nas áreas centrais quanto nas áreas dependentes, essas formas típicas se manifestam em certas tendências ideológicas também típicas, o neo-liberalismo expresso, já no fim do século XIX em países europeus e nos Estados Unidos, e o conjunto das idéias nacionalistas produzidas no Brasil.

Uma outra hipótese procura entender a produção ideológica nacionalista associada a um objetivo/função propriamente político de cunho elitista. Pode-se dizer que a tendência nacionalista se configura como uma variável (região) da ideologia dominante e, em decorrência, abrange não só o nível econômico (problemática da dependência) mas também o moral e o jurídico-político.

* * *

A ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO (1890-1930): UM ESTUDO DE CONSCIÊNCIA SOCIAL.

Leda Tronca

Na elaboração deste projeto de pesquisa, partimos de dois pressupostos básicos, ou seja: 1). — a política educacional se constitui

num instrumento eficaz de formação de mentalidade; 2). — de uma maneira ampla, pode-se afirmar que o setor da educação é uma área privilegiada para detectar-se múltiplas relações entre grupos e camadas de uma sociedade.

O principal objetivo do trabalho é investigar o grau de consciência social num segmento da sociedade paulista através da estrutura e da política educacionais, representando, portanto, um esforço para abordar o tema sob o enfoque das relações entre educação e sociedade.

A escolha da Escola Normal de São Paulo como objeto particular da pesquisa se justifica por ter ela se constituído numa exceção dentro daquilo que poderíamos chamar de *continuismo* — traço preponderante de toda a política educacional brasileira durante a Primeira República.

Entretanto, as proposições visando à reorganização da Escola, após a instauração da República, feitas por Caetano de Campos e Rangel Pestana, parecem expressar necessidades específicas de alguns setores da sociedade paulistana dentro do panorama da educação nacional. Assim, o estudo de sua evolução poderá permitir, com muita probabilidade, avaliar-se o nível de consciência social da reduzidíssima camada letrada que controlava as funções dirigentes nesse período.

A pesquisa está sendo realizada através da seguinte documentação:

- a). — periódicos: *O Estado de São Paulo*, *Diário Popular* e *Correio Paulistano*;
- b). — legislação estadual sobre ensino;
- c). — currículos e programas de ensino normal e secundário;
- d). — entrevistas com ex-alunos e professores da Escola Normal;
- e). — levantamento dos formandos de 1890 a 1930 (tipologia);
- f). — levantamento da evolução quantitativa do ensino normal;
- g). — documentos do arquivo da Escola;
- h). — documentos do Arquivo Oficial do Estado;
- i). — documentos de Caetano de Campos.

O trabalho de análise da documentação recolhida encontra-se ainda em sua fase inicial e está sendo organizado sistematicamente em torno de itens que constituem a política educacional do período estrutura jurídica, estrutura pedagógica, estrutura social.



A CAMPANHA SUCESSÓRIA DE 1910.

Maria Clementina Pereira Cunha.

José Flávio de Oliveira.

A campanha sucessória de 1910 constitui um momento de grande importância para a compreensão da chamada “República Velha”: pela primeira vez no Brasil uma eleição é efetivamente disputada por dois setores da classe dominante e, por este motivo, pela primeira vez a participação do eleitorado urbano ocorre como um dado importante no jogo político. É um momento de realinhamento de forças — daí a escolha deste período.

Na verdade, a campanha se desenvolve intensamente nas duas principais cidades do país — no Rio de Janeiro com a população votando maciçamente no candidato da oposição, apesar de toda a pressão governamental, e em São Paulo com o apêlo inegável da “máquina eleitoral” do PRP funcionando como instrumento de controle político de uma população bastante diferenciada em relação à primeira.

Desta forma, serão desenvolvidos dois trabalhos paralelos que se completam num mesmo projeto. O primeiro, sobre a campanha de Hermes da Fonseca no Rio de Janeiro, vista através do jornal *O Paiz*, a cargo de Maria Clementina Pereira Cunha; o segundo, a cargo de José Flávio de Oliveira, sobre a campanha civilista em São Paulo, através do estudo do jornal *O Estado de São Paulo*. Esses dois trabalhos guardam, no entanto, suas especificidades, na própria medida em que sejam diferenciados os dois meios estudados, o que poderá dar a cada um deles caminhos e problemas próprios.

A escolha do material básico de pesquisa — os jornais se deveu ao fato de que a imprensa tem sido utilizada, de modo geral, em nossa historiografia, como fonte onde se busca informação factual, mas poucas vezes estudada enquanto elemento atuante na dinâmica política e social. Por outro lado, na campanha eleitoral de 1910 ela assume com especial vigor este papel, funcionando como importante instrumento de arregimentação política utilizado por setores da classe dominante e dirigido à massa eleitoral a ser “conquistada”, constituída em sua maioria por elementos de classe média. O homem de propaganda política é o dominante em todo o período estudado (1909/1910), manifestando-se neste ponto as maiores dificuldades de ordem metodológica: como tratar este material, tendo em vista que o caráter de propaganda poderia alterar o conteúdo

ideológico das mensagens veiculadas? Se realmente altera, estas modificações se dariam em função do grupo ao qual as mensagens são dirigidas? Importante também é determinar os temas que são evitados na campanha, como indicadores de possíveis áreas de atrito.

Um contato mais sistemático com os jornais, no entanto, veio definir com maior clareza a questão central da monografia, circunscrevendo seus limites e estabelecendo suas linhas básicas: o problema do descompasso entre o nível ideológico — expresso nas páginas dos jornais e concretizados no tipo de participação da classe média na campanha — e a realidade objetiva da época. Neste ponto se encontra a vinculação mais significativa deste trabalho com o projeto mais amplo do grupo de “Mudanças sociais e estruturas mentais no Brasil”. A natureza básica das relações de produção naquele momento nos permite afirmar que se está diante de uma sociedade de classes e, não obstante, isto não se manifesta na consciência dos agentes. A partir desta constatação, um conjunto de indagações vem se delineando: qual a natureza do fracionamento da classe dominante naquele momento? Como explicar a posição assumida pela classe média colocando-se ao lado da oligarquia cafeeira no apêlo a Ruy? Seria o estágio do processo de industrialização a chave para entender o comportamento político deste setor em 1910, e depois na década de vinte e em 1930?

Há, desta forma, um quadro de preocupações mais amplo, subjacente a esta proposição de trabalho: o esclarecimento da atuação da classe média durante toda a I República e mesmo posteriormente, a importância crescente que este setor vai visivelmente assumindo com o passar dos anos e, afinal, a tentativa de definição de critérios que nos permitem situar a classe média como grupo social com interesses e motivações específicas, ou não.

Uma caracterização mais clara da classe média brasileira constitui, desta forma, elemento vital ao prosseguimento do trabalho, exigindo que se estenda a pesquisa ao nível infra-estrutura na tentativa de estabelecer a composição e os limites do grupo naquele momento — conscientes, no entanto, das dificuldades teóricas que o tema impõe ao pesquisador. Trata-se, no entanto, de pesquisa apenas esboçada os dados nela obtidos podem, evidentemente, alterar o quadro de hipóteses inicialmente formulado.

* * *

REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS RACISTAS (1920-1934).

Flávio Luizetto.

Nas primeiras décadas do atual século assistiu-se, no Brasil, a veiculação entre setores intelectuais e políticos de uma intensa pro-

paganda que, baseada em supostas teorias científicas, procurava justificar a necessidade de uma política imigratória seletiva (etnicamente) e restritiva (quantitativamente).

Essas formas de pensamento racistas com relação à entrada de imigrantes no país, encobertas por uma sofisticação teórica, são o objeto de investigação da pesquisa.

As idéias racistas serão analisadas como *representações ideológicas* porque efetivamente ocultaram *contradições reais* na sociedade brasileira, e porque foram *técnicas de dominação* na medida em que pretenderam conservar intacta uma determinada estrutura de privilégios de classe — no caso, os privilégios da classe agrária.

Essa perspectiva teórica para a análise do racismo encontrou especial apóio nos trabalhos de Ruth Benedict, principalmente quando nos chamou atenção para o fato de que “para compreender os conflitos raciais é necessário em primeiro lugar estudar os conflitos, não as raças”.

A historiografia existente faz referências ao racismo em relação aos imigrantes. Não desconheceu o racismo, mas ignorou os conflitos. Procurou explicar essa forma de racismo como uma “repercussão” das idéias racistas européias nas consciências brasileiras. Fortaleceu-se, assim, a errônea noção de que os brasileiros “imitam” as idéias européias, as quais *nada tem a haver com a realidade nacional*. Enfim, para acompanhar a vaga de nacionalismo em moda na ocasião, cometeram-se algumas extravagâncias intelectuais.

A premissa mais geral que orienta a pesquisa entende, pelo contrário, que a produção mental de uma sociedade acha-se estreitamente vinculada às experiências vividas pela mesma sociedade. O modo específico pelo qual se organizou a produção econômica no Brasil depois da abolição, utilizando-se o trabalho do imigrante, *foi a condição histórica essencial para os conflitos sociais aparecessem sob a forma de conflitos raciais*.

Efetivamente, a partir do ponto de vista dos latifundiários, o imigrante é um elemento ambíguo: enquanto forças de trabalho substituíva do escravo, é suporte para a manutenção e crescimento da sociedade agrário-exportadora; mas considerando-se a particularidade de alguns grupos étnicos (ou asiáticos, por exemplo) e a forma de incorporação de outros na sociedade brasileira (abandonando o campo e engajando-se profissionalmente nas cidades), verifica-se que as expectativas das classes agrárias são profundamente contrariadas. Os imigrantes assim são também “percebidos” como elementos que promovem a desarticulação da sociedade.

A documentação consultada (Anais, artigos, relatórios), revela claramente o esforço no sentido de “racionalizar” o conflito social estabelecido por essa ambiguidade com o emprego de argumentos da inadequação racial de certos imigrantes. Assim, quer-se proibir a entrada no país de certo grupo de imigrantes que, possuidores de capital, compram terras e representam um perigo à “segurança da pátria”; outros, não menos “perigosos”, vivem nas cidades, tendo a oportunidade de divulgar “ideologias” que acabarão por destruir a “autoridade nacional”.

Atualmente a pesquisa tenta encontrar documentos que expliquem o violento comportamento racista de políticos do Norte e Nordeste.

* * *

POLÍTICA E IDEOLOGIA EM SÃO PAULO: 1930-1934.

Carlos Alberto Vesentini.

1. — O período que se abre após 1930 é pouco conhecido e referido de forma generalizante. As explicações para a longa faixa temporal que vão até o fim do Estado Novo ou primam por serem meras extrapolações de teorias referentes ao movimento de 1930 ou analisam o período apenas como uma espécie de “passagem” em teorias referidas a focos posteriores.
2. — Nesse sentido o exame de 1932, em monografia específica, contribui para a compreensão dessa fase da história contemporânea do Brasil. Desejamos examinar o movimento ao nível político e, na medida do possível, verificar as formas através das quais os agentes expressavam sua pátria.
3. — Partindo de hipóteses amplas, como as que seguem:
 - a. — transformação no aparelho do Estado, com o reforço da centralização frente às “autonomias” estaduais.
 - b. — os embates de classe no interior das classes dominantes ocorreriam, num primeiro momento em forma regional, para depois deslocar-se a ênfase em formas setoriais.

Desejamos observar 1932 como momento decisivo em ambos os movimentos históricos, face ao papel de São Paulo na federação. Aí esperamos examinar como decorreu o processo político-ideológico no interior de São Paulo desde a situação de poder criada em outubro de 1930 até a formação do bloco regional dentro daquela área sob a bandeira da “reconstitucionalização”.

*

IDEOLOGIA LIBERAL NO BRASIL: O JORNAL "O ESTADO DE SÃO PAULO" (1927-1937) (*).

Maria Helena R. Capelato.

Maria Lígia Prado.

A investigação consiste em tentar buscar a especificidade do pensamento liberal no Brasil, através do jornal *O ESTADO DE SÃO PAULO*, num período que se estende do final da Primeira República (1927) até o advento do Estado Novo (1937), procurando indicar em que medida as mudanças de conjuntura política, social e econômica alteraram as linhas de ação e reflexão do jornal.

Não se trata de um estudo de história da imprensa que implique em um conhecimento específico de teorias da comunicação e técnicas jornalísticas, mas de um estudo de história das mentalidades, procurando entender a *ideologia* expressa pelos representantes do jornal.

A escolha de *O ESTADO DE SÃO PAULO* como objeto de análise justifica-se por entendermos a imprensa não como simples veiculadora de informações do que se passa no mundo, um órgão neutro, um transmissor imparcial dos acontecimentos, como um nível isolado das realidades político-sociais em que se insere, mas por considera-lo um instrumento de manipulação de interesses, de intervenção na vida política e na modelagem da consciência social.

Os estudos históricos no Brasil tem utilizado a imprensa como fonte de pouca relevância, apenas como ratificadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. Nesse sentido, nossa proposta é mais ambiciosa, pois o jornal *O ESTADO DE SÃO PAULO*, especialmente os editoriais, constitui a fonte única deste estudo, que procura captar, dia a dia, as reformulações e acomodações que se sucedem no pensamento de seus representantes que consideramos expressão de setores da classe dominante paulista.

Nosso objetivo consiste em fazer uma análise histórica privilegiando um determinado nível — o ideológico. O procedimento que pretendemos ter diante de um estudo de tal natureza decorre da compreensão da ideologia como parte de uma totalidade, ou seja, não como um nível isolado, mas interagindo com os demais elementos que compõem o todo social.

(*) . — Um mesmo título e problemática são comuns a dois trabalhos. O primeiro, sob responsabilidade de Maria Helena R. Capelato, refere-se ao período de 1927-1932; o segundo, sob responsabilidade de Maria Lígia Prado, refere-se ao período de 1932-1937.

Não partiremos de uma teoria geral da ideologia definida por um conceito abstrato e generalizador, que se desloca no tempo e no espaço, válido, indistintamente, para qualquer sociedade humana. Pensamos a ideologia embricada numa determinada realidade histórico-social; o capitalismo é o conceito definidor da realidade que fundamenta nossa análise de ideologia.

Tendo como fundamento as análises que caracterizam as sociedades dependentes como inseridas no sistema capitalista mundial, a sociedade brasileira se configura como uma sociedade capitalista dependente, com características próprias, distintas, em certa medida, das sociedades capitalistas centrais. A composição dos quadros mentais dos representantes do pensamento liberal de *O Estado de São Paulo* só poderão emergir da própria análise concreta da situação específica — capitalismo dependente e por eles vivida.

No período de 1927 a 1932, pretende-se explicar o pensamento do jornal a partir de três questões fundamentais:

1. — Os representantes do periódico debatem-se diante das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, nesses momentos críticos, em que a economia se vê abalada por crises internas e externas. O seu pensamento revela uma inquietação que se traduz na busca de respostas para os problemas vividos. Nessa medida, procurar-se-á explicar qual a posição assumida pelo jornal frente à política agrária, à questão da indústria e de que forma se lhes apresenta o problema da situação de dependência.

2. — O jornal não se desvincula dos problemas concretos da dinâmica da vida política nacional em que se integra e que o explica. Sua atuação, nesse momento estudado, caracteriza-se por um oposicionismo constante em que se coloca frente aos governos constituídos. Considerando que o *O Estado de São Paulo* expressa o pensamento de setores da classe dominante, tentar-se-á demonstrar em que consiste esse oposicionismo, tendo em mente duas questões:

- a radicalização das posições políticas no quadro nacional, no final da Primeira República, conduz *O Estado de São Paulo* a enfileirar-se, dentro dos setores opostos (ao lado do P.D., contra o P.R.P.) que apoiaram a Revolução de 1930. Em que medida as estruturas de poder vigentes não satisfaziam aos interesses representados pelo jornal?
- após a Revolução de 1930, em que medida os interesses do jornal continuaram sem representação na nova orga-

nização de poder? Qual o sentido da aliança com os inimigos de antes (P.R.P) que acabou por se cristalizar no movimento constitucionalista de 1932, quando se define o caráter regionalista de um estilo de ação política?

3. — Alguns quadros específicos compõem o universo mental desses “liberais”. Procurar-se-á determinar as balizas ideológicas em que se movimenta o pensamento de *O Estado de São Paulo* dentro dos limites impostos pela realidade vivida, dando resposta a determinados problemas:

- qual o significado da doutrina liberal de *O Estado de São Paulo*;
- como o jornal se coloca diante dos modelos externos: fascismo e comunismo;
- que posição assume diante da questão social;
- como detectar os componentes elitistas no pensamento do periódico.

No período de 1932 a 1937, procurou-se delimitar três núcleos centrais de preocupações:

1. — A intervenção política paulista tem sempre como vigia a tentativa de recolocar São Paulo, no “lugar que ele merece” dentro das estruturas de poder do novo regime. A Revolução de 1932, as eleições para a Constituinte de 1933, a atuação da bancada paulista na Constituinte de 1934, a candidatura de Armando de Salles Oliveira à Presidência da República evidenciam as tentativas de São Paulo (frustradas) de voltar à posição hegemônica que desfrutava. As ligações do jornal com as correntes políticas que debatem os problemas vividos coloca a questão da manipulação de interesses a que o periódico esteja vinculado, e, mais ainda, da tentativa de modelização das consciências dos leitores segundo o modelo liberal;

2. — Com a crise de 1929, nota-se, nitidamente, através do jornal a preocupação com a necessidade de um novo programa econômico para o Brasil. As classes dominantes paulistas estão empenhadas na busca de uma solução econômica para o Estado de São Paulo, que lhes garanta o lugar de primazia que vinha ocupando na Primeira República;

3. — Através do jornal, tentou-se estabelecer as balizas ideológicas desse setor das classes dominantes paulistas; a visão da sociedade brasileira, o regionalismo, a questão do intervencionismo, as posições diante de modelos externos como o nazismo, o fascismo e o comunismo nos fornecem subsídios para composição de alguns quadros do pensamento liberal do periódico.

A partir dos objetivos indicados, procurar-se-á atingir a especificidade do pensamento liberal de *O Estado de São Paulo*, captando as reformulações e acomodações que ocorreram nesses dois períodos.

*

ESTADO NOVO: UM ESTUDO DE IDEOLOGIA.

Célia Caputo Belem.

Objetivos.

1. — O objetivo inicial do nosso trabalho partiu da necessidade de elucidação, interpretação e análise de uma fase da história e da política do Brasil e das dúvidas à ela relacionadas, ou seja, se o Estado Novo foi ou não um estado fascista. Em outros termos, explicar em que bases ideológicas foi montado o regime e como funcionou na prática nos anos compreendidos entre 1937 e 1945.
2. — Partindo-se do pressuposto de ser ele, na realidade, um Estado autoritário, cujas origens podem ser encontradas no fascismo italiano, pretendemos demonstrar quais os pontos de contacto entre a estrutura ideológica do Estado Novo e de seu modelo europeu.
3. — Como vimos, o trabalho estará preso a uma proposta de caracterização ideológica do regime. Não pretendemos montar toda a estrutura ideológica do Estado Novo: relacionaremos a análise a dois pontos, considerados essenciais, os quais buscaremos numa fácil confrontação com o fascismo europeu. São êes: *o nacionalismo e o corporativismo*.
4. — Ainda em termos da comparação proposta, o trabalho tentará demonstrar como e porque, ao contrário do Estado de Mussolini, o Estado Novo não utilizou-se de um Partido como base ideológica e de ação, prescindindo, portanto, deste apêlo partidário.
5. — E, finalmente, demonstraremos como apesar de ideologicamente baseado no esquema anti-liberal e autoritário do fascismo europeu, este período getulista, foi incapaz de concretizar-se totalmente e praticamente, dado o estado de dependência externa e de toda gama de compromissos internos que esta situação acarretava.

*

ROBERTO SIMONSEN: IDEOLOGIA E POLÍTICA.

Edgard Salvadori de Decca.

O processo de industrialização brasileiro já foi, não resta dúvida, bastante estudado. As referências estruturais do mesmo talvez hoje em dia, a partir de uma série de pesquisas, estão sendo verificadas com um grau de objetividade cada vez mais profundo.

Para dar apenas alguns exemplos, podemos citar os trabalhos atuais de Francisco de Oliveira e Maria Conceição Tavares que estão tentando buscar as raízes profundas do desenvolvimento desigual do país a' é nossos dias.

Acontece, porem, que se marcarmos uma data referencial em 1930, e, pensarmos que o processo de industrialização brasileiro vai ganhar uma dinâmica mais acentuada nos anos subsequentes, uma série de problemas é levantada para estudo mais sistemático.

O projeto de pesquisa vai delimitar um período de 1930-1943, sabendo antecipadamente que esta demarcação corresponde mais à uma necessidade operacional e metodológica, do que a real duração do processo industrial, que ainda está em curso no país.

O ano de 1930 foi escolhido como primeiro marco pois vai se instalar um novo tipo de Estado no Brasil. Se isto não acontece de uma maneira profunda como alguns autores pretendem, na medida em que dentro desse novo Estado ainda participam elites oligárquicas que imprimem em última instância a política de autonomia federativa, algumas mudanças significativas poderão ser notadas.

As próprias características desse novo Estado ates'arão as mudanças verificadas a partir da Revolução de 1930. A primeira mudança significativa é a própria universalização da política, situação completamente nova no país. Este novo Estado atuará como força coercitiva no campo social e será o instrumento pelo qual classes dirigentes da sociedade estabelecerão sua hegemonia. Entretanto é importante notar em que medida essa nova atuação do Estado corresponde ao próprio amadurecimento da "sociedade civil" e consequentemente do grupo hegemônico.

Surgem então as primeiras hipóteses de trabalho:

- 1.º — Em que medida podemos estudar a questão de ideologia de grupos dirigentes e até que ponto esta se vincula ao Político como forma de realização coercitiva do próprio Estado?

- 2.º — Se tomarmos o papel dos “intelectuais” dentro da classe dirigente, como situaremos Roberto Simonsen, levando-se em conta que esta personagem tem uma ideologia de projeto (normativo) de realização social?
- 3.º — Se tomarmos por base que a classe dirigente exerce sua hegemonia através das próprias instituições privadas criadas por ela, como poderemos enfocar organizações do tipo FIESP?
- 4.º — Como podemos verificar a “consciência possível” dos grupos subordinados da sociedade?

Talvez a verificação completa dessas hipóteses seja um trabalho, no momento, quase impraticável pelas dificuldades com que nos deparamos tanto no campo material e técnico como no campo teórico e metodológico.

Contudo, essa verificação nos parece de uma importância, na medida em que seriam subsídios bastante interessantes para o estudo das super-estruturas de um processo econômico que se verifica no Brasil, talvez desde meados do século XIX, marcando uma mudança a partir dos anos 30 e que se prolonga até nossos dias.

As fontes documentais arroladas até o presente momento, além dos trabalhos teóricos atuais sobre o assunto da pesquisa, seriam as seguintes:

- 1). — Documentos escritos por Roberto Simonsen.
- 2). — Atas de Reunião da Fiesp.
- 3). — Atas de Reunião do Senac e Senai.
- 4). — Atas de Sindicatos Paulistas.
- 5). — Jornais do período .

* *

*

NACIONALISMO NA IMPRENSA.

Estudo das manifestações ideológicas da imprensa literária da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas, (datas de base 1889-1920).

Maria de Lourdes Rabetti.

1. — A natureza da estrutura social brasileira, inclusive a que se refere ao período que abrange nossa pesquisa, é ainda objeto de

inúmeros debates. Constitui-se, entretanto, em ponto de abordagem obrigatória para o historiador que, ao trabalhar com *ideologias*, abandona as linhas da chamada “história das idéas”.

Nesse sentido, a elaboração de um quadro descritivo da cidade do Rio de Janeiro e a tentativa de compreensão das formas de organização, atuação e das manifestações ideológicas de certos “grupos” — que tem sido englobados sob o rótulo de “grupos urbanos” — poderão se constituir numa contribuição para os estudos objetivos em torno da análise de estruturas sociais no Brasil.

2. — O estudo das formas de *pensamento nacionalista*, considerando suas singularidades em cada contexto histórico particular, mostrou-se fecundo para o período na medida em que o Brasil passa a notar a presença marcante dos Estados Unidos com o corolário da ideologia pan-americanista. Sob que formas se configura o pensamento nacionalista dentro da proposta ideológica da *integração americana*, nesse período?

A nosso ver, esse nacionalismo, ao configurar-se de forma específica, apresenta prática e “projeto” políticos definidos e que podem ser caracterizados como sendo do tipo *patriótico*.

Com vistas fundamentalmente a estes problemas e ao acervo documental disponível, nossa pesquisa centrou-se em torno do estudo das manifestações ideológicas expressas na imprensa periódica da cidade do Rio de Janeiro. Enfocamos a chamada pequena imprensa que, embora ainda não esteja totalmente caracterizada, apresenta alguns aspectos particulares: não é de veiculação diária, não tem cunho noticioso equivalente ao da grande imprensa e adquire, na maior parte das vezes, o caráter de revista.

Delimitamos, ainda, nosso trabalho em torno da pequena imprensa aglutinadora de literatos que, ao chegarem à cidade do Rio de Janeiro, estabelecem um vínculo empregatício nos quadros profissionais do jornalismo. Este fato dá uma característica à imprensa dedicada às produções literárias.

Pode-se dizer, enfim, que o estudo da ideologia nacionalista veiculada por tal periodismo, bem como a tentativa de caracterização do “grupo literário” que a manifesta através de sua vinculação com a imprensa são dois aspectos de um quadro cujo estudo pode contribuir basicamente para:

a). — a compreensão de como se configuram certas formas de pensamento nacionalista em épocas de determinados tipos de transformações — no sentido restrito: a modernização da cidade do Rio

de Janeiro acompanhada pela “euforia do 1900” e, de modo mais amplo: a transição do capitalismo internacional gerando novos laços de dependência.

b). — a compreensão da expressividade que adquirem os denominados “grupos urbanos” na etapa de industrialização do Rio de Janeiro.

* *

*

INTERVENÇÕES E RESPOSTAS.

1.^a). — Da Profa. *Maria Regina Simões de Paula* (FFLCH/USP). ao Prof. Sérgio Lobo de Moura.

P. — Frei Caneca, um autêntico liberal, poderia ser considerado, também, como democrata?

R. — Creio que se pode aplicar praticamente o mesmo critério adotado pelo Prof. Barradas de Carvalho (em sua obra sobre Alexandre Herculano) para o momento de Caneca — ressalvadas as diferenças entre o “viver em metrópole” e o “viver em colônia”, é claro. Para este período, talvez seja mais adequado pensá-lo como um liberal.

2.^a) — Da Profa. *Helga Piccolo* (UFRGS) à equipe em geral.

P. — Como o projeto de pesquisa despertou meu interesse, peço algumas informações:

a). — O projeto de pesquisa prevê o estudo de todas as revoluções liberais ou foram deliberadamente selecionadas as que estão na presente comunicação? Parece que há uma delimitação ao Nordeste, uma vez que faltam a “Farrapos” e as “Liberais” de 1842 (Minas Gerais e São Paulo). Se houve uma seleção, qual o critério? Parece-me que, deixando alguns movimentos de fora, não se terá uma resposta globalizante (porque o título da pesquisa e a apresentação parecem sugerir, por sua amplitude, que se procura uma tal resposta).

b). — Sobre o pensamento político de Caxias — sabe-se que foi no Rio Grande do Sul que Caxias atuou demoradamente, como presidente da província (duas vezes) e na repressão à Guerra dos Farrapos. Pergunto se a atuação de Caxias no Rio Grande do Sul será pesquisada?

c). — Ao sub-grupo B — a pesquisa está restrita a São Paulo. Isso não prejudicará o aspecto de conjunto da pesquisa?

R. — a) O projeto prevê o estudo dos principais movimentos liberais. Não houve seleção deliberada para a presente comunicação. O projeto depende da existência de pesquisadores preocupados — no âmbito do curso de pós-graduação — com as referidas insurreições. Um setor já iniciou as investigações sobre 1842, em Minas e São Paulo. Quanto aos “Farrapos”, ainda estamos na dependência da bibliografia corrente.

b). — Está sendo, pesquisada por Célia De Simone.

c). — O grupo procura tomar o devido cuidado, tentando estabelecer, através das bibliografias disponíveis (regionais), um quadro geral de referências.

*

3.a). — Das Profas. *Luciamélia Sepúlveda e Alice Piffer Canabrava* (USP) à Profa. Maria Stella Bresciani.

P. — Quais as implicações da mão-de-obra brasileira livre em relação ao café, já que nesta área era mais utilizada a do escravo e do imigrante? (Luciamélia Sepúlveda).

P. — O depoimento de V.S. sobre a existência do agregado, leva-me a registrar aqui algumas observações que resultaram da minha experiência com os maços de população, do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.

a). — Os recenseamentos efetuados na Capitania, depois Província de São Paulo, mais completos a partir de 1798, que alcançam a década dos trinta (século XIX), mostram o desaparecimento paulatino da figura do agregado. Esta decadência quanto a uma forma de ocupação da terra, à base do trabalho livre, é concomitante com a expansão da economia cafeeira no vale do Paraíba desde a última década do século XIX. Não conhecemos o estatuto do agregado — e o temos procurado exaustivamente. Sabemos e o temos, como caracterização geral, como um tipo de parceria para ocupação da terra, pois encontramos muitas vezes explicitada sua produção. Que área ocupa dentro da propriedade (dimensões, localizações etc) e quais as vinculações para com o dono da terra (econômico-sociais e políticas)? Mais ainda, por que teria se atrofiado este segmento da estrutura de produção?

Minha resposta ainda se configura como hipótese.

b). — A expansão do café significou um processo de valorização da terra. Antes do café, ao nível da lavoura de subsistência, a terra

não tem valor-de-troca. O café a torna um *bem econômico*. Este é um fenômeno fundamental.

Sendo agora um bem econômico, não seria de interesse do dono da terra cede-la para exploração ao trabalhador livre quando seus lucros seriam muito maiores, como força de trabalho escravo. Tanto mais, que as técnicas de cultivo do café exaurem o solo e condicionam, em cada geração, o deslocamento das áreas cultivadas. O capítulo escrito a este respeito por Celso Furtado (*A Formação Econômica do Brasil*) é altamente elucidativo quanto à estagnação técnica, favorecida pela oferta da terra.

c). — A hipótese acima é reforçada por outra observação, à base da documentação explorada: alienação contínua do rocio, à medida que se expande o café. Primeiramente, são aforamentos a particulares de parcelas do rocio, depois este desaparece. Desconhece-se o processo global de alienação: sabemos apenas alguns elementos. Não seriam a valorização da terra e a pressão do grupo dominante — o fazendeiro do café — as forças que a explicariam?

Estas são algumas observações, ao nível das fontes exploradas, que têm sua culminância na década dos trinta (século XIX) justamente quando o café passa a liderar as exportações brasileiras, ocupando o lugar até então desfrutado pela produção açucareira.

R. — Agrupamos por objetivarem indagações sobre um mesmo problema a existência da mão-de-obra brasileira livre e/ou agregado na Província de São Paulo nas décadas finais do século XIX — as intervenções de n.º 1 e 3.

Acreditamos necessário explicitar que a documentação trabalhada impõe limites ao estudo do problema na forma como foi proposta pela Profa. Alice Canabrava. Os textos dos Relatórios de Presidentes de Província e dos Processos-crimes referentes ao período de 1870 a 1910 são explícitos quanto à informação sobre a existência de relações sociais nomeadas pela palavra agregado (1). A pouca intensidade da utilização do termo nos Relatórios Presidenciais, considerados por sua natureza como um dos componentes básicos das preocupações políticas do grupo dominante pode indicar

(1). — A palavra agregado para definir relações sociais é encontrada também em outros tipos de documentos oficiais, tais como doações de escravos, testamentos, etc. O livro: "*Campanha Jurídica pela Libertação dos Escravos — 1867 a 1888* que reúne autos jurídicos do cons. Macedo Soares, cita à pág. 119 o caso de doação de uma escrava à agregada do proprietário, constando ainda (p. 130) que a dita agregada e seu marido viviam "com os escassíssimos rendimentos da sua pequena lavoura..."

tanto a ausência de preocupações com esse grupo social quanto a sua pouca significação numérica. Preocupou-nos o momento e a forma como compareceram nesses textos, ou seja, maior intensidade no período imediatamente anterior e posterior à Lei Áurea e como proposta no sentido de forçar o dono de terras a modificar a posição de economicamente dependente para assalariado (do nacional livre e/ou agregado). É ainda explicitamente mencionada a necessidade do aproveitamento produtivo da mão-de-obra livre nacional existente como medida para exterminar o poder de violência dos donos de terras que agrupavam, entre outros, elementos foragidos da justiça e os utilizavam como grupos de pressão em situações de concorrência como nas questões de terras e nas eleições.

Acreditamos que a expansão do café realmente tornou a terra um bem econômico, levando ao progressivo desaparecimento do rocio e do pequeno agricultor agregado às grandes propriedades. Acreditamos também que o caráter da lavoura cafeeira, exaurindo rapidamente o solo, tornava a terra um bem econômico destinado à produção de café para exportação somente por um determinado período de tempo, voltando depois a interessar ao grande proprietário a manutenção de pequenos lavradores, “colonos”, em certas áreas das fazendas para servir como mão-de-obra potencial para o período de maior requisição de braços no trabalho agrícola.

Nossa preocupação não é e não poderá ser, tendo em vista a documentação, chegar a determinar o “estatuto do agregado” ou a participação explícita dele no processo produtivo. Interessa-nos verificar a sua persistência, apesar de economicamente talvez desnecessária, como elemento agrupado em torno do proprietário de terras e utilizado como grupo armado de pressão, já que nosso trabalho está centrado no estudo da estrutura de poder e da prática política da classe dominante.

*

5.^a). — Do Prof. *Waldomiro Ferreira de Freitas* ao sub-grupo “A”.

P. — Por que razão se omitiu na pesquisa do sub-grupo “A”, onde se procura resposta para os vários movimentos armados, a Revolução Farroupilha, ocorrida dentro do período? A historiografia existente já satisfaz?

R. — Não estamos propriamente procurando “respostas para os vários movimentos armados”. Se a historiografia existente satisfizesse...

(Carlos Guilherme Mota)

*

6.^a). — Do Prof. *Miguel Schaff* ao sub-grupo “C”.

P. — Qual o critério que usaram os senhores do sub-grupo “C” para a divisão destes movimentos ideológicos 1910-1937, já que os colocaram sob um denominador comum?

R. — O denominador comum das pesquisas do sub-grupo “C” reside no estudo das manifestações no campo ideológico, dentro das balizas cronológicas indicadas — mas que não são utilizadas de forma rígida. O trabalho do conjunto tem caráter exploratório, do ponto de vista documental e metodológico. De qualquer maneira, o conjunto procura discutir as tendências ideológicas dentro dos quadros do liberalismo autoritário da Primeira República e, desta primeira aproximação, pelo menos sobre duas questões estão de acordo:

a). — As interpretações correntes para o período ainda são pouco satisfatórias.

b). — Não há um único critério para a divisão que nos pergunta...

(*Carlos Guilherme Mota*)

*

7.^a). — Da Profa. *Maria Arminda Arruda* para o sub-grupo “C”.

P. — Por que distinguir o político do ideológico? O ideológico não é suficientemente inclusivo para compreender o político? Político aqui está sendo entendido como aparelho estatal?

O grupo fala em *configurações ideológicas*. Dessa forma a análise empregada deve ser estrutural. Qual a análise estrutural empregada?

*

8.^a). — Da Profa. *Maria Arminda Arruda* para o sub-grupo “A”.

P. — Na análise sobre a Revolução Praieira se pretende estudar as *manifestações* de ideologia ou a própria?

Gostaria de algum esclarecimento sobre o tipo de análise utilizado. É de conteúdo ou qualitativa? Ambas referidas na exposição. O que se entende por análise qualitativa?

R. 7.^a A distinção, se é que existe, prende-se mais a objetivos práticos, de ressaltar este ou aquele nível em relação a outro. Por

outro lado, pensando no caso específico, a análise do nacionalismo em nível político envolveria, além do aparelho estatal (componentes, função, tipo), relações entre classes e frações, poder político, partidos e formas de representação. Enquanto que, em nível ideológico, tomam-se aqui em consideração apenas manifestações contidas no discurso, não se atendo à prática política dos agentes. Não é demais enfatizar que, para o período estudado, é neste nível (ideológico) que o nacionalismo mais se evidencia, sendo muito vagas as indicações de uma prática política nacionalista implicando em solução “autônoma” para o capitalismo brasileiro, tal como se verificou posteriormente.

R. 8.^a Com o estudo dessas representações (configurações) não pretendemos, obviamente, recompor toda a estrutura ideológica (sua natureza e função), nem muito menos a ideologia dominante; no máximo, algumas tendências desta. Em termos de técnica de análise, é difícil responder à questão; através de grandes unidades do discurso, e aplicando uma análise simples e ampla do conteúdo e significado das expressões, pretendemos chegar ao plano manifesto e não manifesto do texto (sua lógica interna e sua função ideológica). A análise pretendida será sobretudo uma *leitura*. Por último, não sendo metodólogos e iniciando um trabalho, achamos ser preferível um debate em torno de questões tão estimulantes do que a procura de uma resposta.

(Adalberto Marson)

*

R. 1). a). — Acredito que o político não pode se distinguir do ideológico. Isso entretanto não quer dizer que se deve considerar ambos dentro de um marco ou critério. O espaço ideológico nem sempre corresponde exatamente ao espaço político. Talvez possamos pensar ideologia com a concepção de mundo de uma determinada classe (sistema de representações) que ultrapassa os limites dessa mesma classe (dirigente), alcançando todo o espaço social. Nesse sentido, este sistema de representações terá diferentes níveis de articulação dependendo da própria estratificação social. Portanto podemos pensar que a ideologia dentro do corpo social não se manifesta de forma homogênea.

b). — O Político não é entendido como aparelho estatal. Algumas vezes poderá coincidir com o Estado mas, em sentido amplo, será sempre entendido como a forma pela qual as classes lutam dentro do espaço social para efetuar sua hegemonia. Seja através do aparelho do Estado, seja através das instituições e organizações criadas dentro do corpo social.

R. 2. — Se entendermos que a ideologia pode ser vista como sistema de representações, então poderemos falar em configurações ideológicas. A análise estrutural empregada, quando se está em torno desse tipo de situação, é a utilizada por Eliseo Verón e Greimas ou seja, a semantização. Para tanto, ver o trabalho de Eliseo Verón, *A Semantização da Violência Política*. Por outro lado, embora falando em configurações ideológicas, acredito que ainda assim poderíamos utilizar a análise do próprio Marx em *Ideologia Alemã e Miséria da Filosofia*.

(Edgard S. de Decca)

*

(Resposta à Intervenção n.º 08 da Profa. Arminda Arruda)

No caso *específico* do nosso trabalho, o “político” (entendido como comportamento político de determinados grupos) é o problema dominante. A prática política, no entanto, é vista como um componente ideológico já que a ideologia é, efetivamente, um conceito suficientemente inclusivo para conter tanto as representações mentais quanto a forma como se exprimem na atuação concreta.

O grupo não usou o conceito “configurações ideológicas”, mas “representações ideológicas”. Preferimos tal conceituação por indicar o caminho metodológico adotado na medida em que pressupõe a idéia de correlação entre o ideológico e o real. Nossa opção metodológica parte do postulado de que o ideológico só pode ser compreendido a partir da noção de real, negando desta forma a validade de se efetuar a análise de um nível sem remete-la constantemente ao outro.

(Márcia Clementina Pereira Cunha)

*

R. — Na análise sobre a Revolução Praieira pretende-se analisar a manifestação ideológica constituída pela imprensa partidária, nela tentando captar traços da própria ideologia, além de compreender a atuação da imprensa como instrumento de atuação política e veículo de ideologia. Os traços ideológicos mais claros na análise fazem parte da ideologia dominante (de senhores de terras e escravos), e se concentram fundamentalmente na região da ideologia política.

R. — A análise desenvolvida no trabalho se pretende qualitativa na medida em que não se preocupa em quantificar; dados qualitativo aqui é entendido no sentido de detectar nos textos dos

jornais as idéias representações e atitudes-comportamentos que constituem traços da ideologia política dominante em Pernambuco, na década de 1840 50.

(Izabel Marson)

*

- 9). — Da Profa. *Maria Bárbara Levy* (UFGb). à Profa. *Zélia Cavalcanti*.

P. — No trabalho de *Zélia Cavalcanti* afirma-se que as formações sociais surgidas com a expansão do capitalismo mercantil foram sempre sociedades capitalistas em formação e que essa perspectiva de análise permite um estudo das configurações ideológicas emergentes na primeira metade do século XIX. A afirmativa se afigura como insuportavelmente operacional, na medida em que o capital vincula-se à expansão mercantil desde o século XVI, configurando-se em articulações com o nível ideológico, de maneira a dar margem as mais diferentes manifestações do pensamento.

R. — O que procuramos indicar em nosso trabalho é que, como em todo campo de trabalho que se limite ao estudo do nível ideológico de uma formação social concreta, faz-se necessário a opção por uma perspectiva de análise de estrutura da formação social brasileira em geral e que em nossa pesquisa optamos pela perspectiva que entende as formações sociais surgidas com a expansão do capitalismo mercantil foram sempre capitalistas em formação. De acordo com essa perspectiva, qualquer estudo que privilegie o nível ideológico da formação social brasileira desde a sua emergência (século XVI) até, pelo menos, fins do século XIX, deve-se partir da premissa de que está sendo trabalhado um dos níveis de uma sociedade capitalista em formação.

Assim, o que fica indicado em nosso trabalho é que, ao estudarmos o campo de manifestação ideológica na primeira metade do século XIX no Brasil, em anos determinados (1831 a 1838) e em área determinada (Bahia), temos por premissa que a formação social em que se inscreve nosso objeto de pesquisa (o nível ideológico) é a de uma sociedade capitalista em formação.

(*Zélia Cavalcanti*)

*

- 10.º). — Do Prof. *Arnaldo Contier* (FFCL Assis. SP) à Profa. *Maria Stella Bresciani*.

P. — Como se faz a análise semântica e por fim se passa ao ideológico?

R. — O estudo que estamos realizando tem como projeto a longo prazo um trabalho interdisciplinar, enquanto orientado por uma teoria da História, um modelo explicativo sociológico e uma técnica de análise de textos. Nesse sentido, a escolha do tema e da documentação obedeceram a uma preocupação histórica, a compreensão dos fenômenos históricos “Abolição” e “República” como significativos para a formação social brasileira. A linha de abordagem adotada torna indissociáveis a opção teórica e o modelo explicativo nela inscrito. A preocupação em desenvolver um instrumental de análise, que vinculado à teoria, possibilitasse um estudo rigoroso dos textos representou e continuará a representar um desafio. A escolha da semântica para dar resposta a esta dificuldade prende-se à possibilidade de fragmentação orientada dos textos oferecida, no nosso caso, pelo esquema atuacional proposto por Greimas (*Semantique Structurale*, Libr. Larousse, Paris, 1966). Fica, portanto, bastante claro que optamos por instrumental de análise o conhecimento e domínio de uma técnica de análise de textos informada em todas as etapas por uma teoria da História. Nosso trabalho não tem como objetivo, *nesta etapa inicial*, chegar à delimitação da ou das ideologias contidas nos discursos, mas determinar parte dos componentes das várias tendências da manifestação ideológica da classe dominante no período estudado.

(Maria Stella Bresciani)

*

11.º). — Do Prof. *Ulysses Guariba Neto* (FFLC. Assis. SP) ao grupo em geral.

P. — O grupo preocupou-se em refletir sobre o problema da *especificidade de um discurso como ideologia*? Diga lá alguma coisa.

E esse “assunto” de *consciência social*?

R. — Sim, e também do formalismo como ideologia...

Os diversos pesquisadores do grupo enfrentam alguns problemas teóricos comuns: as soluções e encaminhamentos é que são por vezes diversos, provocando diferenças de orientação dentro do conjunto — o que é normal em se tratando de ciências humanas. De qualquer forma, há uma certa unidade, quanto ao combate ao intuicionismo, ao formalismo etc, e não estamos desatentos ao grupo do *Cercle*, que publica os *Cahiers pour l'analyse*, nem à trajetória de um Véron — cuja produção concreta norteia e ilumina.

Quanto à noção de “consciência social”, não cremos ser tão esdrúxula. Tanto que a discutimos em seminários, para tentar per-

ceber em que sentido e com qual eficácia era usada, por exemplo, pelo autor de *O Capital* (cf. México, FCE, 1966, 4.º edição, pg. 46, nota 36...). E lembramos que Godinho, Goldmann, Hobsbawm — para ficar em apenas três autores responsáveis por grandes análises — também o utilizam, e até com alguma eficácia... Esta não será, entretanto, uma questão meramente verbal? A leitura dos *Dez conceitos fundamentais*, de Sérgio Bagú, sobretudo nas conclusões, faz pensar na revivescência de “refinado esoterismo acadêmico de inspiração escolástica”, do qual não desejamos participar.

(Carlos Guilherme Mota)

*

12.º). — Do Prof. José Calazans B. da Silva (UFBa). à Profa. Zélia Cavalcanti.

P. — Comunicou a existência nos arquivos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, dos processos relativos aos movimentos federalistas de 1832 e 1833.

Que se tem encontrado a propósito da marginalização dos negros livres depois de 13 de maio?

R. — Já foram arrolados para a pesquisa os documentos indicados, como também os processos relativos ao movimento de 1831.

O trabalho de pesquisa se limita apenas aos anos que se estendem entre 1831 e 1838.

(Zélia Cavalcanti)